

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Contas no exterior serão rastreadas

Comissão pede ao Banco Central que obtenha do Marka e do FonteCindam ressarcimento dos prejuízos decorrentes da venda de dólares a preço baixo

Cacciola declarou na CPI não acreditar que a quebra de seu banco trouxesse um "risco sistêmico" à economia do país



Depois de ouvir por quase nove horas o depoimento do banqueiro Salvatore Alberto Cacciola, controlador do Banco Marka, a CPI do Sistema Financeiro decidiu ontem pedir ao Ministério da Justiça o rastreamento de suas contas no exterior. Deverão ser verificadas, também, contas eventualmente mantidas fora do país pelo ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, por seu ex-sócio na consultoria Macrométrica, Luiz Augusto Bragança, e pelo presidente

do Banco FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves, que também depôs ontem na comissão.

Cacciola disse aos senadores não acreditar que a quebra de seu banco trouxesse um "risco sistêmico" ao país – justificativa que embasou a operação do BC de ajuda ao Marka e ao FonteCindam.

Gonçalves, o último a depor, não deu explicações sobre o lançamento de R\$ 3,02 milhões em ações do FonteCindam em sua declaração de rendas 95/96.

PÁGINAS 4 E 5

CPI DO JUDICIÁRIO



A CPI ouviu o depoimento do delegado Farias, que questionou a competência da Justiça estadual do Amazonas para libertar traficantes

Delegado confirma denúncia de venda de alvarás de soltura

O delegado Nivaldo Farias, da Polícia Federal no Amazonas, confirmou à CPI do Judiciário denúncias de libertação irregular de traficantes naquele estado. As primeiras informações sobre o caso foram levadas à comissão no dia 5 de maio pelo advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior e pelo procurador da República Osório Barbosa Sobrinho. Ontem, o delegado Farias

informou aos senadores que, durante investigação sobre o assunto, recebeu elementos que indicam a existência de um esquema de venda de alvarás de soltura. Os envolvidos, conforme o depoente, são o desembargador Daniel Ferreira da Silva, corregedor de Justiça do Amazonas, e a advogada Maria José Menescal Vasconcellos.

PÁGINA 3

ACM apóia prefeitos e diz que municípios devem ser tratados com justiça

Prefeitos de todo o país, reunidos ontem no Salão Negro do Congresso Nacional, ouviram o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pregar uma mudança na estrutura tributária para que os municípios sejam tratados com justiça. Antonio Carlos afirmou que a Câmara e o Senado devem fazer uma autocrítica diante da gravidade dos problemas enfrentados pelos prefeitos e pediu-lhes que continuem confiando no Congresso.

PÁGINA 2



No Salão Negro do Congresso Nacional, Antonio Carlos recebe documento com as reivindicações que os prefeitos trouxeram a Brasília

Rocha registra presença de deputados do AP



Rocha: prefeitos lutam em favor dos cidadãos

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) registrou ontem a presença, no plenário do Senado, de autoridades do estado do Amapá, que vieram a Brasília para participar da reunião de prefeitos.

Estiveram assistindo à sessão o presidente da Assembleia Legislativa do estado, deputado Fran Soares Júnior, e os deputados estaduais Antonio Vital, Eider Pena, Jorge Salomão, Randalfo Rodrigues, Jorge Ananajás, Judith Medeiros e Manoel Brasil, presidente da CPI da Icomi.

Sebastião Rocha ressaltou a importância da realização do Encontro Nacional de Municípios, como foro de debates sobre os problemas que mais de perto afetam os cidadãos brasileiros.

Gilvam diz que situação é quase de falência

Os municípios encontram-se em estado de penúria e já é hora de o governo federal canalizar mais recursos para as prefeituras, disse ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), para quem a situação é tão grave que grande parte das administrações municipais está em estado de falência.

“As prefeituras continuam de pires na mão”, garante o senador, segundo o qual o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) mal dá para pagar a folha de pagamento. “O presidente Fernando Henrique e os técnicos da área federal estão na obrigação de aquecer a economia brasileira e melhorar as condições dos municípios”, completou.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), enfatizou a insensibilidade dos técnicos do governo, enquanto Antero de Barros (PSDB-MT) afirmou que, só após a aprovação da reforma tributária, os prefeitos poderão de fato administrar os seus municípios. Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu maior rapidez na liberação de recursos federais, e Tião Viana (PT-AC) responsabilizou o governo FHC pela crise municipal.

ACM manifesta apoio a reivindicações dos prefeitos

Parlamentares serão os interlocutores dos municípios na defesa de uma estrutura tributária justa, afirma o presidente do Senado

Concentrados ontem no Salão Negro do Congresso Nacional, ao final de uma passeata pela Esplanada dos Ministérios e de contatos com o governo federal, prefeitos de todo o país aplaudiram o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quando o senador apontou os parlamentares como “interlocutores dos prefeitos nas reivindicações junto ao presidente da República” e destacou que os municípios não podem ser discriminados.

Antonio Carlos pregou a harmonia entre os três níveis de poder do Estado brasileiro – União, estados e municípios. O presidente do Senado defendeu ainda a mudança da estrutura tributária para que os municípios sejam tratados com justiça. E alertou os prefeitos: “Dizer que todas as reivindicações dos municípios podem ser atendidas é mentira, mas muitas o serão”.

Apesar dos problemas que todos têm, acrescentou o senador, a Câmara e o Senado devem fazer uma autocrítica



Ao receber os prefeitos no Salão Negro do Congresso, Antonio Carlos foi aplaudido ao dizer que os municípios não podem ser discriminados

diante da gravidade das dificuldades enfrentadas pelos prefeitos nas cidades brasileiras. Antonio Carlos conclamou prefeitos e vereadores a continuarem confiando no Congresso Nacional e re-

cebeu do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, um documento contendo as reivindicações que a entidade trouxe a Brasília.

Maldaner destaca decisões da Carta Municipalista

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou a importância da Carta Municipalista de Brasília, elaborada ao final do Encontro Nacional de Prefeitos, realizado em Brasília entre os últimos dias 10 e 13. “Os municípios não se furtam em assumir suas responsabilidades e querem contribuir com proposições que repercutam na melhoria de vida de cada

cidadão”, disse, citando o documento. A carta, que foi enviada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, elenca propostas concretas em relação à reforma tributária, Previdência Social, saneamento financeiro dos municípios, responsabilidade fiscal, seca, educação, saúde e agricultura, explicou Maldaner.

Conforme o senador, os prefeitos reivindicam, entre outras medidas, a exten-



Conforme Maldaner, prefeitos são contra aumento de impostos

são do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) a todos os municípios agrícolas; a garantia do programa de merenda escolar, com o mesmo valor *per capita* do ensino fundamental, para o ensino pré-escolar e instituições filantrópicas; e o retorno de 30% dos recursos da arrecadação da CPME

Maldaner lembrou a importância da aprovação de uma reforma tributária que garanta o financiamento das ações sob responsabilidade dos municípios, respeitando sua autonomia tributária.

“Os municípios reafirmam que são contrários à penalização da população com aumento de impostos, comprometendo-se a utilizar todos os instrumentos ao seu dispor para combater a sonegação fiscal”, disse ele.

Antonio Carlos resalta avanço de “agenda positiva”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a “agenda positiva” está começando a avançar no Congresso, onde a Câmara e o Senado apreciam projetos importantes.

Após participar dos trabalhos das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, ele defendeu o projeto de quarentena para os dirigentes do Banco Central, mas discordou da proposta, aprovada em comissão da Câmara, que fixou em três anos o mandato para os diretores da instituição. Para ele, o mandato deve ser de quatro anos, “igual ao do governo”.

No entender de Antonio Carlos, não seria conveniente estabelecer mandatos para os futuros diretores do BC com duração diferente do mandato do governo responsável por sua indicação. Por outro lado, acrescentou, “se vai manter a situação atual, sem mandato, o presidente do BC deve ter independência, mas não uma independência total, porque ele deve ter subordinação ao ministro da Fazenda”.

Fórum discute no Rio o futuro do país

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou a realização, na próxima semana, no Rio, do XI Fórum Nacional, que terá como tema “A crise mundial e a nova agenda de crescimento”. Organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), com a coordenação do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, o fórum reunirá homens de governo, políticos e economistas nacionais e estrangeiros.

O fórum será realizado entre os dias 17 e 20. Entre os temas a serem discutidos, o senador destacou o que chamou de “os grandes desafios do Brasil no limiar do século XXI”: a inflação e os novos fundamentos da economia, a reforma política e o sistema partidário, câmbio, política monetária e Banco Central.

Francelino disse que o evento merece apoio e atenção porque os temas a serem abordados vão influir no futuro do país.



Francelino registrou a realização do evento

Cândido fala sobre sindicalismo

O entrevistado da TV Senado hoje é o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que faz um histórico do sindicalismo brasileiro e destaca o chamado novo sindicalismo, surgido após as primeiras greves de trabalhadores no ABC paulista, em 1978. O programa irá ao ar às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Ele disse que o novo sindicalismo tem como característica uma organização mais horizontal, ao contrário do que acontecia anteriormente. “Com o novo sindicalismo, os sindicatos puderam fazer o seu próprio estatuto, de acordo com a concepção da categoria e não pela imposição de um modelo, como acontecia antes”, afirmou.



SEXTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Delegado federal confirma denúncias no AM

Depoimento à CPI do Judiciário reforça suspeitas de que integrantes da Justiça do Amazonas estariam libertando traficantes de drogas com a expedição irregular de alvarás de soltura

Em depoimento ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, o delegado Nivaldo Farias, da Polícia Federal (PF) no Amazonas, confirmou denúncias feitas pelo advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior e pelo procurador da República Osório Barbosa Sobrinho sobre a libertação irregular de traficantes naquele estado.

Farias relatou aos senadores que, durante sua investigação, recebeu elementos que indicam a existência de um esquema de venda de alvarás de soltura envolvendo o desembargador Daniel Ferreira da Silva, corregedor de Justiça do Amazonas, e a advogada Maria José Menescal Vasconcellos.

O delegado disse que foi acionado pela Procuradoria da República em Manaus para apurar representação feita por Sahdo sobre a negociação de alvarás pelo funcionário do Tribunal de Justiça do Amazonas, Antônio Carlos Santos Reis. Segundo as informações prestadas pelo presidiário Vicente Firmino Caldas a Sahdo, Santos Reis teria oferecido a liberação de dois presos colombianos, Ramiro Arango e Carlos Escobar, em troca do pagamento de R\$ 15 mil por alvará.

Para provar que poderia soltar os colombianos, acusados de tráfico de drogas, Firmino teria dito que Santos

Reis mostrou alvará de soltura do preso Altamiro Câmara da Silva, assinado pelo desembargador. Farias disse que tentou ouvir Firmino na PF e pediu autorização judicial para isso mas, passados 50 dias da solicitação, o juiz da Vara de Execução Criminal, Vilmar Mendonça, ainda não se manifestou a respeito:

– Não há explicação para esse prazo exagerado – afirmou o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), contando com a concordância do depoente. “O silêncio é pior que o indeferimento”, reclamou o senador Djalma Bessa (PFL-BA).

Em outra denúncia, o ex-presidiário Charles Roosevelt Rodrigues, em carta enviada à Procuradoria, revela que pagou R\$ 21 mil à advogada Maria José Menescal por um alvará de soltura. Na carta, Rodrigues afirma que o documento teria sido assinado pelo desembargador Daniel Ferreira da Silva:

– A partir desse ponto a PF passou a entender que estava inibida, pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), de participar das investigações – disse o depoente. Pelo artigo 33, parágrafo único, da lei, se um policial encontrar fatos envolvendo autoridade judicial, deve encerrar seus trabalhos e enviá-los à Procuradoria Geral da República.

Alvará foi expedido dias antes do habeas corpus

O delegado federal Nivaldo Farias citou em seu depoimento de ontem a existência de alvará de soltura do preso José Juraci Lucas, também assinado pelo desembargador Daniel Ferreira da Silva, expedido três dias antes de protocolado o *habeas corpus* referente ao caso. “Isso é meio inédito, meio singular”, comentou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI do Judiciário.

A competência da Justiça estadual para libertar presos no âmbito federal também foi questionada pelo depoente. O delegado acredita que a decisão deveria ter sido tomada junto à Justiça Federal até o trânsito em julgado da sentença.

Outros dois presos colombianos, segundo Farias, foram beneficiados por mandado de progressão de pena, expedido pelo corregedor. Assim, foi concedido o regime aberto para os presidiários, que acabaram fugindo:

– É uma luta terrível prender um homem desses nessa região. Em reuniões de órgãos de inteligência de países vizinhos, as pessoas cobram as razões para a soltura dos presos. Infelizmente, não temos muito o que dizer. Não se trata de

preso comum, um ladrão de galinhas. São traficantes – afirmou o delegado.

Ao relator da CPI, senador Paulo Souto, o delegado declarou que, diante de acusação do desembargador, realizou exame grafotécnico para saber se a assinatura do corregedor havia sido falsificada por Santos Reis. O servidor do TJ, continuou, compareceu espontaneamente à delegacia e o resultado da perícia mostrou que a assinatura não teria sido feita por Santos Reis e que o autógrafo no documento tampouco estava copiado por um *scanner*.

O delegado também ouviu cinco testemunhas nos últimos dias, a pedido da CPI. Entre elas estão a advogada Maria José Menescal, que afirmou que os julgamentos dos *habeas corpus* não seriam um problema seu. Farias entregou o inquérito ao presidente da comissão.

Em resposta ao vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), Farias informou que, no depoimento, Maria José disse não ter sócios. Porém, o delegado avaliou que fica claro que a advogada trabalha com Rômulo Almeida Nascimento, pois assinam juntos o pedido de *habeas corpus* para Charles Roosevelt.



Delegado Farias (D) disse que investigações levam à conclusão de que existe esquema para libertar traficantes

Para relator, depoimento reforça suspeitas

O relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), considera que o depoimento do delegado da Polícia Federal no Amazonas, Nivaldo Farias, reforça as suspeitas de que haja naquele estado um esquema de comercialização de alvarás de soltura, principalmente de traficantes:

– O depoimento foi basicamente uma confirmação, partida de uma autoridade. Ele me pareceu muito seguro e muito exato em suas informações. Mostra que é um caso de certa gravidade e que, portanto, merece a seriedade com que está sendo investigado por esta comissão

– afirmou Souto ao final da reunião de ontem.

Para dar continuidade às investigações, a CPI aprovou, a pedido de Souto, requerimento de convocação do procurador de Justiça do Amazonas, Carlos Coelho. Segundo o delegado, o procurador “sabe muito mais do que a PF”, por atuar desde a instauração até a execução do processo.

A CPI também decidiu convocar, por requerimento de seu vice-presidente, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), o deputado estadual Renato Simões, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Hu-

manos da Assembléia Legislativa de São Paulo, e o jornalista Mário Simas Filho, da revista *IstoÉ*, para falarem sobre o caso de tráfico internacional de crianças com origem em Jundiá (SP).

A pedido do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), será chamada a depor a procuradora do estado de São Paulo, Maria Dolores Maçano, sobre as irregularidades detectadas no fórum de Jundiá. Os senadores Luzia Toledo (PSDB-ES), José Agripino (PFL-RN), Jefferson Pêres (PDT-AM) e Maguito Vilela (PMDB-GO) também participaram da reunião desta quinta-feira.

Távola cobra respeito às testemunhas

Uma análise dos fundamentos constitucionais e legais que definem o que é uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) recomenda, “para que não se perca esse instituto”, conforme sugeriu ontem o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), um resgate de seu sentido original, com o fortalecimento dos processos que garantem a isenção de suas ações. Sem isso, o senador considerou que, encerrados os trabalhos das CPIs, sempre restará para a opinião pública a impressão de que tudo se diluiu – “acabou em *pizza*” – e, em consequência, a credibilidade dos trabalhos da Câmara e o Senado continuará sendo baixa, como registram as pesqui-



Távola defende que CPIs realizem investigação isenta

sas de opinião pública.

Um aspecto central desse resgate diz respeito à figura da testemunha, que, do ponto de vista da lei, “tem uma série de defesas e de direitos a serem garantidos”, disse. O que tem acontecido com as CPIs, particularmente com a atual CPI do Sistema Financeiro, é uma superexposição das testemunhas na mídia, sendo que algumas delas depõem sob suspeitas a que se agrega um julgamento e até mesmo uma condenação, acrescentou o senador.

Távola reconhece que o instituto da CPI carrega uma contradição: ela é instrumento de investigação isenta, mas é realizada numa casa política. No entanto, ponderou, “se as CPIs são transformadas em

luta de poder, deixam de ser instrumentos eficazes na apuração dos fatos cuja investigação é reclamada pela sociedade”.

Távola avaliou que a CPI do Sistema Financeiro “tem temperamento extrovertido e falastrão”, enquanto a CPI do Judiciário seria “introversa e investigativa”, muito mais próxima do que, conforme a lei, deve ser uma CPI.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) também criticou posturas condenatórias em CPIs, dizendo que “quem errou não pode ficar impune, mas quem é honrado deve poder dormir em paz”. Luiz Estevão (PMDB-DF) concordou que é preciso diferenciar processo investigativo e processo condenatório, mas observou que a importância da CPI do Sistema Financeiro está em apurar o que aconteceu em janeiro, “naquela semana de turbulência”.

CAS aprova diretores da Vigilância Sanitária

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem os nomes de Ricardo Oliva e Luiz Felipe Moreira Lima para exercerem os cargos de diretores da recém-criada Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Relator das duas mensagens com as indicações, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) fez uma reflexão sobre o trabalho da agência, analisando a qualidade dos



Osmar Dias (C) presidiu reunião da CAS que aprovou diretores da nova Agência de Vigilância Sanitária

medicamentos brasileiros e alertando sobre os perigos da auto-medicação. O senador destacou a propagação enga-

nosa e perigosa de alguns remédios no Brasil.

Ricardo Oliva fez uma exposição defendendo uma política igualitária de vigilância sanitária para todo o país. Ele disse que a agência deveria ter seus próprios recursos, que, segundo ele, “virão se conseguirmos convencer a sociedade de que os produtores devem arcar com esse ônus”.

Luiz Felipe lembrou que, nos 120 anos em que há vigilância sanitária no Brasil, é a primeira vez que a direção precisa vir a público apresentar suas propostas.

Cacciola admite que pediu ajuda a ex-sócio de Lopes

Banqueiro confirma para os senadores que solicitou a Luiz Augusto Bragança que o colocasse em contato com o então presidente do BC para tentar conseguir a transformação do Banco Marka em financeira

“Não entendo por que o BC não me deu igual tratamento”



Cacciola não viu “risco sistêmico”

Salvatore Cacciola declarou à CPI não acreditar que a quebra do Banco Marka trouxesse risco sistêmico ao país. Em resposta ao senador Roberto Requião (PMDB-PR), Cacciola disse que apenas o BC teria condições de avaliar o problema.

Requião leu a carta enviada pelo Marka ao BC alegando risco sistêmico como razão para que fosse feita a operação de ajuda ao banco. “Não é nossa intenção ser o estopim de uma crise sistêmica em decorrência de nossa insolvência”, diz a carta assinada por Cacciola. Pressionado por Requião, o banqueiro informou que o documento foi elaborado por sua advogada e pelos procuradores do BC, Manoel Loiola e Francisco José de Siqueira. “Fica claro que tudo teve a participação direta do BC”, concluiu Requião.

Ele pediu explicações sobre o bilhete enviado por Cacciola ao ex-presidente do BC Francisco Lopes. “Preciso de uma muito maior interferência”, diz o bilhete. Alegando que a carta foi escrita em um momento de “forte tensão”, Cacciola disse que seu propósito era apelar a Lopes para que intercedesse junto ao então diretor de Fiscalização do BC, Cláudio Mauch. “Tinha a sensação de que nada acontecia em nosso favor e que o grande empecilho era o Dr. Mauch”, explicou. Considerando que a carta traz elementos que comprovariam “uma relação estreita entre Lopes e Cacciola”, Requião disse que pode-se presumir a ocorrência de contatos anteriores entre os dois. “Há uma presunção de que o bilhete culmina contatos anteriores, entre duas pessoas amigas e pressupõe uma ligação íntima”, opinou Requião.

FUNDOS

Cacciola criticou a decisão do Banco Central de excluir os fundos de investimentos controlados pelo Marka na operação, ao contrário do que foi feito com o Banco FonteCindam. “Até hoje não entendo por que o BC não deu o mesmo tratamento aos meus 1.300 clientes.”

De acordo com o dono do Marka, o Banco Central poderia ter zerado as posições dos cotistas à cotação de R\$1,32 (teto da banda cambial na época), o que provocaria um prejuízo de até 30%, mas evitaria a quebra dos fundos controlados pelo seu banco.

Em depoimento de quase nove horas à CPI do Sistema Financeiro, o dono do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola, admitiu ter pedido a Luiz Augusto Bragança para colocá-lo em contato com o então presidente do Banco Central (BC), Francisco Lopes, do qual Bragança foi sócio na Macrométrica.

Cacciola disse que escreveu o bilhete para Lopes num momento de “angústia”, na tentativa de ajudar os clientes de seu banco. Chegou a pedir desculpas pelo fato de se referir ao então presidente do BC, no bilhete, pelo primeiro nome, mas negou qualquer intimidade com Lopes, por quem, afinal, não conseguiu ser recebido.

O bilhete foi uma tentativa de transformar seu banco em financeira e, com isso, “esquecer tudo”. Esse “esquecer tudo”, esclareceu, significava encerrar as atividades do Marka como banco, não podendo a frase ser interpretada no sentido de haver qualquer intimidade com Lopes, afirmou.

Em resposta a Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), o banqueiro disse que nunca apertou a mão do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, afirmando que não o conhecia pessoalmente, assim como a nenhum outro integrante do primeiro escalão do BC.

“Lucro de R\$ 18 milhões foi um erro do contador”

Salvatore Alberto Cacciola atribuiu a “um erro do contador” o lucro de R\$ 18 milhões em fevereiro, constante em balancete enviado ao Banco Central (BC). Respondendo a pergunta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Cacciola afirmou que seu funcionário cometeu erro idêntico ao cometido pela CPI e pela própria Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) ao computar como lucro a venda de contratos de câmbio fora do mercado futuro.

Ele já explicara ao relator, senador João Alberto (PMDB-MA), que o BC comprou 12.650 contratos com risco cambial do Marka. Destes, 11.300 eram do mercado futuro, onde Cacciola foi impedido de operar após o socorro do BC, de quem comprou dólares a R\$ 1,275. Restaram, porém, 1.350 outros contratos de câmbio e juros, vendidos ao preço da cotação do vencimento – acima de R\$ 1,56.

O banqueiro, porém, afirmou que todos esses contratos eram casados com operações de compra, pelo mesmo valor da venda, resultando em lucro zero para o Marka. Ele disse a Suplicy que não prestou atenção no balancete enviado ao BC, devido ao momento de grande turbulência pelo qual passava. Suplicy considerou estranho o desleixo, lembrando que ele afirmara, no depoimento à CPI, que “adorava o banco mais do que sua família”.

Cacciola também respondeu a Suplicy a razão de ter enviado R\$ 19 milhões para o exterior após a ajuda ao Marka pelo BC. Segundo ele, o dinheiro foi destinado a pagar obrigações que o Marka Bank – braço internacional do Marka com sede nas Bahamas – tinha no exte-



Na CPI, Salvatore Cacciola atribuiu ao Ministério Público e à imprensa “acusações levianas”, feitas contra ele sem nenhuma prova

LEVIANDADE

Cacciola acrescentou que as acusações feitas contra ele são “levianas” e “mentirosas”. Ele negou notícia veiculada pela revista *Veja* de que teria um informante dentro do BC. Relatou que chegou a chamar o repórter da revista, responsável pela matéria, de “mentiroso”, e o desafiou a convocar para uma acareação, na CPI, um suposto banqueiro estrangeiro a quem Cacciola teria contado sobre o informante no

BC, conforme assinalou a revista na mesma matéria.

– Não conheço nenhum banqueiro estrangeiro com o qual tenha tanta intimidade. E não diria isso nem para um irmão meu. Pedi ao repórter de *Veja* que esse banqueiro fosse chamado para fazer acareação comigo na comissão. Até hoje esse banqueiro não apareceu e acho que não vai aparecer – disse.

O dono do Marka acusou a imprensa e

preferido a liquidação extrajudicial, se soubesse que seria “massacrado” pela mídia e pela opinião pública.

Ele reconheceu que o Marka tem hoje patrimônio de R\$ 2 milhões – quando a operação de socorro do BC deveria deixar esse patrimônio a zero. Segundo o banqueiro, o dinheiro será utilizado para pagar compromissos e ações fiscais, contadores e advogados. Afirmou que entrega esse patrimônio a quem quiser, desde que leve o banco junto.

Alcântara indagou ao depoente sobre a transferência de milionária casa em Angra dos Reis (RJ) para sua ex-mulher, Regina Maria Moisés Cacciola, logo após o socorro do BC. O banqueiro justificou a transferência como o pagamento “por 15 a 20 anos” da pensão que deve à ex-mulher e que, acredita, não terá mais condições de pagar.

O dono do Banco Marka reconheceu ter contribuído com R\$ 50 mil para a campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Respondendo a indagação do senador Roberto Saturnino (PDT-RJ), afirmou que a solicitação para a contribuição teria partido de Cathye Almeida Braga, do Banco Icatu. A doação foi feita pela Sacre, sua *holding* particular, controladora do Banco Marka. Negou ter utilizado este fato para pedir ajuda ao governo federal, considerando o valor desprezível.



Os senadores João Alberto e Suplicy, para quem Cacciola reconheceu que mantém empresas nas Bahamas e no Uruguai

Prochester, no Uruguai, e Água Clara, na Ilha da Madeira.

Ao senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Cacciola afirmou que foi ao BC pedir socorro pensando somente em não dar prejuízo a seus clientes. Segundo ele, não passou pela sua cabeça que a liquidação extrajudicial do Marka colocaria seus bens em indisponibilidade, o que foi feito posteriormente pela CPI. Disse ainda que teria

o Ministério Público do Rio de serem os principais responsáveis pelo que chamou de “histeria acusatória”, mesmo sem terem nenhuma prova efetiva que comprometa sua atuação.

DETALHES

Indagado pelo relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), Cacciola relatou em detalhes que foi ao BC quando soube da mudança cambial, no dia 13 de janeiro, e pediu para falar com Lopes, na tentativa de resolver a situação difícil de seu banco, decorrente do fato de ter apostado na manutenção da política cambial.

No BC, Cacciola não foi recebido por Lopes, mas por Alexandre Pundeck, consultor da diretoria, e Teresa Grossi, chefe de Fiscalização. No dia 14, contou, Cacciola voltou ao BC, falando com os dois e mais dois procuradores. O BC decidiu socorrer o Marka vendendo dólares ao banco a R\$ 1,275, bem abaixo do valor de mercado.

No dia 15, Cacciola e sua sócia no Marka estiveram no BC, redigiram uma minuta, aprovada pelos procuradores, e acertaram a situação do banco, que não foi liquidado na ocasião, por decisão do BC, mas ficou sem patrimônio, segundo relatou à CPI.

“Tive notícias da presença de Malan no BC”

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, esteve no Banco Central no dia 15 de janeiro, data em que se decidiu o socorro ao Banco Marka. A afirmação foi feita por Salvatore Alberto Cacciola, durante depoimento na CPI do Sistema Financeiro.

– Tive notícias da presença de Malan no dia 15, mas o BC estava um verdadeiro pandemônio naquele dia. Havia até mais segurança e o segundo andar estava inacessível. Estava lá o ministro e mais gente do ministério – disse Cacciola, após indagação do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Apesar de dizer que ainda acredita no governo, Cacciola criticou a equipe econômica, afirmando que a desvalorização da moeda foi “mal feita” e “ninguém defendeu o real”. Disse que seu banco quebrou por acreditar na manutenção da política cambial, prometida pelo governo e ratificada no acordo com o FMI, assinado em dezembro de 98.

– Mas no dia 13 de janeiro deste ano, o Marka acordou com seu patrimônio negativo. Foi o dia mais triste de minha vida. O Banco Central não fez nada para defender o real, deixou o mercado à mercê dos operadores – disse Cacciola.

Após a mudança no câmbio, contou Cacciola, os clientes do Marka pediram resgates de suas aplicações. Nessa ocasião, o banco, que tinha patrimônio de R\$ 70 milhões, quebrou e ficou negativo em R\$ 56 milhões.

CPI quer rastrear contas no exterior dos envolvidos no socorro a bancos

Comissão decide também pedir ao Banco Central providências para ressarcir o Tesouro Nacional dos prejuízos decorrentes da ajuda ao Marka e ao FonteCindam

A CPI do Sistema Financeiro vai pedir ao Ministério da Justiça o rastreamento de contas no exterior do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, do seu ex-sócio na firma Macrométrica, Luís Augusto Bragança, do controlador do Banco Marka, Salvatore Cacciola, e do presidente do FonteCindam, Luís Antônio Gonçalves. Conforme requerimento aprovado ontem à noite pela comissão, o ministério poderá fazer uso de acordos internacionais firmados pelo Brasil especificamente sobre rastreamento de contas, ou até contratar empresas especializadas nesse tipo de investigação.

A comissão também aprovou outro requerimento, solicitando ao Banco Central providências com o objetivo de ressarcir o Tesouro Nacional dos prejuízos decorrentes das operações de ajuda aos bancos Marka e FonteCindam. Especificamente com relação ao Marka, as medidas poderão atingir até mesmo a liquidação extrajudicial, conforme informou o presidente interino da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

– Esta comissão dá uma demonstração pública de que deseja tomar todas as providências para ressarcir

o país e os investidores que tiveram prejuízo neste episódio. Além disso, é dada uma demonstração de nosso desejo de que todos os envolvidos sejam investigados – argumentou o senador.

Durante o depoimento de Salvatore Cacciola, Arruda sugeriu que o banqueiro autorizasse o Banco Central a providenciar a liquidação, uma vez que ele mesmo havia admitido que, “se pudesse prever o desgaste pelo qual passaria”, teria preferido esta alternativa. O depoente recusou-se a assinar a autorização.

– Depois de todo desgaste pelo qual passei, depois de ter sido deprimido e liquidado como empresário e pai de família, é óbvio que não vou assinar a autorização – declarou Salvatore Cacciola, acrescentando que não vê motivos para a liquidação já que, segundo ele, foram pagos todos os passivos do banco.

Em virtude da recusa de Cacciola, Arruda propôs o envio do ofício ao Banco Central. De acordo com o senador, a liquidação se justificaria “tendo em vista o depoimento de Salvatore Cacciola e já que não há mais o risco sistêmico anteriormente alegado pelo BC”.



Arruda (D) com o relator João Alberto: pedido para rastrear contas no exterior

Relatório parcial sairá nos próximos dias

A ajuda do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam, o primeiro dos oito casos concretos apurados pela CPI do Sistema Financeiro, terá um relatório parcial. A proposta foi aprovada por unanimidade em reunião administrativa realizada ontem. Segundo o presidente em exercício, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a CPI dispõe de dados suficientes para a elaboração de um relatório para envio, “já nos próximos dias”, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

– O episódio está esclarecido e as provas documentais são suficientes. A CPI

cumprir uma etapa importante de seu trabalho. Devemos agora dar tempo para que o relator finalize o relatório e possamos votá-lo – comentou.

Com o depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, marcado para a próxima quinta-feira, terá início a investigação de outro caso concreto apontado no requerimento de criação da CPI, proposto pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA). A comissão vai investigar suspeitas de sonegação fiscal na remessa de recursos ao exterior por sete grandes bancos, seis deles estrangeiros.

Presidente do FonteCindam nega privilégio, mas deixa dúvidas sobre seu Imposto de Renda

O presidente do Banco FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves, afirmou ontem à noite à CPI do Sistema Financeiro que o banco não teve qualquer privilégio ao comprar dólares do BC a R\$ 1,32, no dia 14 de janeiro, porque ainda vigorava a política de bandas cambiais e o valor máximo era de R\$ 1,32. No entanto, ele não deu explicações aos senadores sobre o lançamento de 133 mil ações preferenciais do FonteCindam em sua declaração de renda 95/96, no valor de R\$ 3,02 milhões.

O lançamento das ações no Imposto de Renda foi citado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento que criou a CPI. Conforme o senador, Luiz Antônio lançou as ações sob a forma de doação feita por Roberto Steinfeld, um dos controladores do FonteCindam. A princípio, o presidente do banco afirmou que não se lembrava do dado constante na declaração de renda e, mais tarde, quando Jader Barbalho citou os números, Luiz Antônio Gonçalves disse que se tratava de variação patrimonial. De acordo com Barbalho, em 93 o patrimônio do presidente do banco so-

mava pouco mais de R\$ 1 milhão e já em 96 pulou para mais de R\$ 6 milhões.

Pedro Simon (PMDB-RS) estranhou a rapidez com que o Banco Central atendeu o FonteCindam, apenas por telefonemas feitos do Rio de Janeiro. Sobre a doação das 133 mil ações, questionou a falta de explicações. “Se aparecessem 100 mil no meu Imposto de Renda, eu teria explicação para cada tostão”, disse o senador. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) comparou o depoimento com os de outros convocados e afirmou que Luiz Antônio respondia “apenas com sim, com não e não me lembro”.

O presidente do FonteCindam disse que seu banco apostou na manutenção da política cambial por acreditar que o governo, depois do acordo com o FMI, teria condições de conter a saída de dólares do país. “Mas cometemos um erro de avaliação”, acrescentou. Luiz Antônio Gonçalves negou que tenha acesso a informações privilegiadas no Banco Central, de onde saiu há 11 anos, e observou que, se tivesse tais informações, seu banco “não teria perdido 30%” de seu patrimônio. Ele ocupou vários cargos no governo, inclusive o de secretá-

Luiz Antônio Gonçalves disse que, se tivesse informações privilegiadas, seu banco “não teria perdido 30% do patrimônio”



rio-executivo do Ministério da Fazenda em 1991 e 92.

O presidente do FonteCindam insistiu que a venda de dólares do BC não se deu por valor abaixo da cotação do dia, pois a faixa máxima da banda cambial era de R\$ 1,32. Ele leu trechos do ato normativo que criou o sistema de bandas cambiais e destacou o artigo afirmando que o Banco Central era obrigado a vender dólares às instituições financeiras. Frisou que o

BC vendeu do dia 11 ao dia 14 de janeiro R\$ 15 bilhões ao sistema financeiro (à vista e no mercado futuro), sendo US\$ 5 bilhões nos dias 13 e 14.

Depois de explicar que possui 6% do capital do FonteCindam, Luiz Antônio disse que o banco recorreu ao BC “não para uma operação de socorro”, mas para uma assistência de liquidez, o que “também é uma obrigação do Banco Central”.

ACM acredita que BC pode recuperar prejuízo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse acreditar na possibilidade de o Banco Central reaver o prejuízo causado pela operação com o Banco Marka. Ele comentou que, para que isso ocorra, é necessária a existência de provas de que houve irregularidades no processo de venda de dólares a preços favorecidos.

Antonio Carlos Magalhães também opinou sobre a exposição do ex-dono do Marka, Salvatore Cacciola. O presidente do Senado falou à imprensa logo após assistir ao depoimento do presidente do Banco FonteCindam, Luiz Antonio Gonçalves, e às arguições do relator, senador João Alberto (PMDB-MA), e do senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

– No início, Cacciola foi meio confuso, mas no decorrer do depoimento respondeu algumas questões com precisão, e outras tantas não respondeu, daí por que a comissão já julga esse problema do Banco Marka praticamente encerrado e está recomendando a atitude da liquidação extrajudicial – afirmou o senador.

Sobre a resposta que Luiz Antonio Gonçalves deu a Jader, de que não se lembrava de ter recebido uma doação em ações do Banco FonteCindam no valor de R\$ 3 milhões, Antonio Carlos observou que o depoente deveria ter assumido uma posição, respondendo se tinha recebido ou não.

Simon pede convocação de Gustavo Franco para depor

A CPI do Sistema Financeiro precisa convocar o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, disse ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo o senador, a política de sobrevalorização do real adotada durante a gestão de Franco à frente do Banco Central provocou a crise cambial dos primeiros meses de 1999.

– Ele provocou isso tudo. Foi incompetente e ainda saiu como bonzinho – advertiu.

Com relação à operação de ajuda aos bancos Marka e FonteCindam, Simon disse que pode ser detectado pelo menos um crime. “Salvatore Cacciola (dono do Marka) cometeu crime por ter proposto a Luís Bragança que intercedesse por ele junto à diretoria do Banco Central.”

Tuma propõe punição maior para crime de receptação

Senador lembra que esse criminoso fica com o produto de muitos outros delitos, como roubo, furto, estelionato ou latrocínio

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comunicou ontem ao plenário do Senado que está preparando um projeto de lei com o objetivo de inibir a prática da receptação dolosa, modificando o artigo 180 do Código Penal.

Atualmente, a pena para receptação é de reclusão, que varia de 1 a 4 anos, e multa. Tuma propõe em seu projeto a modificação do artigo

180 do Código Penal com a inclusão dos seguintes termos: "se mais de um dos crimes-meios, aplica-se a pena (ao receptor) de um só deles, se idênticos, ou



Tuma: Congresso não pode ter postura contemplativa diante da violência

a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços, respeitado o limite máximo de 30 anos".

Segundo o senador, a atual forma punitiva da receptação dá ao receptor a certeza da impunidade e seria melhor que se altere, não o tipo penal, mas sim a forma de aplicação da pena para que esta sempre corresponda àquela imposta ao autor do delito que permitiu ao

receptor receber o bem, geralmente encomendado por ele mesmo.

Tuma explicou que o projeto propõe que a pena aplicada deverá levar em con-

ta a maneira como o objeto foi adquirido pelo receptor. Conforme o senador, é preciso considerar o fato de o receptor, em grande parte dos crimes, ficar com produtos de inúmeros delitos, como roubo, furto, estelionato, latrocínio, extorsão etc.

Para o senador, esse crime se constitui hoje em "uma das principais raízes da criminalidade violenta. Ele entende que "ainda temos leis penais suficientes para dar um basta à violência". No entanto, referindo-se ao Congresso, Tuma afirmou que "esta Casa precisa fugir de atitudes meramente contemplativas, pois há diversos pontos do atual Código que estão a exigir urgentíssima reformulação por terem relação direta com a escalada da violência".

Dutra denuncia omissão de procuradores

Ao pedir a transcrição, nos Anais do Senado, de documento divulgado pelo corregedor-geral do Ministério Público de Sergipe, José Renato Lima Sampaio, com denúncias de vários casos a que a Procuradoria Geral do estado não teria dado curso, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lamentou "a divergência brutal entre duas pessoas situadas nos dois postos mais importantes do Ministério Público estadual", o referido corregedor e o procurador-geral de Justiça, Moacyr Motta.

Conforme relatou o senador, por conta do documento com as denúncias, José Renato Lima Sampaio teria sofrido ameaça de morte. Além disso, por iniciativa do procurador-geral, o Colégio de Procuradores deverá propor a demissão do corregedor, contra a qual este já entrou com mandado de segurança e obteve liminar junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Nas acusações feitas pelo corregedor constam casos que, segundo Dutra, mo-

bilizam a opinião pública do estado. A maioria delas dá conta de que o Ministério Público, através de sua autoridade máxima, o procurador-geral, não tomou a iniciativa de utilizar os instrumentos do inquérito civil e da ação civil pública para investigar denúncias de danos contra o patrimônio público praticados por autoridades do poder público estadual e municipal, disse.

Entre os casos incluídos no documento, Dutra ressaltou o "escândalo Celi Gate", envolvendo o governo do estado e a construtora Celi, que reivindicava o pagamento de dívida inicialmente contestada e, depois, assumida pelo governo. Ele referiu-se também ao "escândalo Zé Figueiredo", em que o secretário da Fazenda, José Figueiredo, sócio majoritário da Casa da Lavoura,



Dutra afirma que existem indícios de dano ao patrimônio público

comprou terreno de sua própria empresa a preços à primeira vista superfaturados.

Em outro registro, Dutra comentou que os parlamentares governistas ligados ao PSDB, PFL e PMDB têm um discurso contraditório em relação à lei que fixa limites para os gastos com pessoal. Os senadores governistas teriam acusado a oposição de não se preocupar com o ajuste fiscal, observou

o senador, mas, no Rio Grande do Sul, Dutra relatou que os deputados dos partidos governistas aprovaram aumento da verba de representação de desembargadores, conselheiros do Tribunal de Contas e procuradores da Justiça de 27% para 37%, retroativos a março de 1998. O veto do governador Olívio Dutra foi derrubado na Assembléia Legislativa.

Patrocínio alerta para gravidez de soropositivas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) alertou ontem para os perigos que cercam a gravidez de mulheres soropositivas ou parceiras de homens infectados pelo vírus da Aids. "Há médicos que defendem a maternidade como coadjuvante no tratamento, em função da alegria e responsabilidade que um filho traz. A maioria, porém, se preocupa com o futuro de mães e bebês, uma vez que não se conhecem os efeitos, a longo prazo, dos medicamentos anti-Aids", ponderou.

Patrocínio citou pesquisa de cientistas da Universidade John Hopkins (EUA) mostrando que a infecção por HIV pode permanecer no organismo durante 60 anos. "Isso ressalta a necessidade dos remédios anti-Aids serem tomados por toda

a vida dos soropositivos, sob pena do retorno do vírus, mais fortalecido e resistente", disse.

Para Patrocínio, outro aspecto preocupante foi levantado no Congresso Mundial sobre Aids, realizado em 1998. "Apesar das precauções, como a medicação das mães com AZT, 8% dos bebês nasceram contaminados. Os cientistas alertam para a possibilidade de estar-se criando toda uma geração de indivíduos infectados por um tipo de vírus mais resistente ao AZT", observou.



Patrocínio teme surgimento de vírus resistente ao AZT

O senador pelo Tocantins reconheceu o direito à maternidade das soropositivas ou parceiras de portadores do vírus HIV, mas observou que essas pacientes devem ser muito bem orientadas para que os riscos sejam reduzidos ao mínimo possível. "Parceiros e parceiras de indivíduos infectados precisam ser incluídos em campanhas inovadoras anti-Aids que assegurem maior controle de contágio por esse horrível mal do fim do século XX", concluiu.

Antero elogia programas de incentivo ao algodão

O Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalmat), que vem sendo desenvolvido pelo governo do Mato Grosso, foi citado ontem pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT) como exemplo a ser seguido em âmbito nacional e também como importante contribuição para o Brasil alcançar os resultados que pretende na sua balança comercial, através do aumento da produção de algodão.

Criado em julho de 1997 e regulamentado em agosto do mesmo ano, o Proalmat, informou o senador, concede incentivo fiscal de 75% do ICMS ao cotonicultor, buscando a recuperação e a expansão da cultura do algodão em Mato Grosso, através da implementação de um programa de qualidade e de incentivos, envolvendo as instituições públicas e privadas:

– Para termos uma idéia exata dos benefícios delegados à cultura do al-



Antero: Mato Grosso terá 43% da safra nacional de algodão

godão para Mato Grosso proporcionado pelo Proalmat, basta verificarmos a participação do estado na produção nacional de fibra. Na safra 96/97, primeiro ano do incentivo, o Mato Grosso deteve 11% da produção brasileira. Na safra seguinte, 97/98, participou com 26%. Na presente safra 98/99, existe a previsão de uma participação do Mato Grosso em 43% da pro-

dução dessa fibra no Brasil – enumerou o senador.

Antero de Barros informou que o Proalmat também foi responsável pela abertura de 48 mil novos empregos no setor da cotonicultura, sendo 12 mil diretamente na produção. Além disso, o número de máquinas de beneficiamento de algodão em caroço aumentou de 31 para 106 nas últimas três safras, abrindo só neste setor 3,3 mil novos postos de trabalho, disse.

Melo pede liberação de milho para o Nordeste

O senador Geraldo Melo (PFL-RN) fez ontem um apelo à direção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no sentido de que supere o quanto antes os entraves burocráticos que estão impedindo que sejam encaminhadas para o Nordeste 150 mil toneladas de milho, conforme decisão do Grupo Executivo Interministerial de Abastecimento (Geia) tomada no último dia 4:

– A suspensão foi autorizada agora, dia 10, causando grande estranheza entre todos – disse o senador.

Geraldo Melo lamentou que, apesar de a região estar sofrendo uma das piores secas



Melo lembrou situação crítica de fome e seca vivida pela região

dos últimos anos, o fornecimento dos lotes de 15 mil toneladas mensais tenha sido suspenso sob a alegação de que "existem divergências" em relação à venda de balcão do milho.

Conforme o senador, a decisão tomada pelo Geia poderá comprometer seriamente o fornecimento de milho para o Nordeste, especialmente a região do Seridó (RN). Ele informou que o milho está sendo vendido

na região nordestina a um preço 50% mais caro do que em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e disse esperar que o suprimento seja restabelecido logo.

Viana diz que Acre vive clima de democracia

Em resposta a manifestações da oposição ao atual governo do Acre, segundo os quais o estado estaria sofrendo uma quebra da ordem institucional, o senador Tião Viana (PT-AC) assegurou ontem que, ao contrário, o clima político é de plena vigência das instituições democráticas, que passam "por debates com a sociedade, numa verdadeira Operação Mãos Limpas". O presidente do Tribunal de Justiça, ao não reconhecer fundamento nas denúncias feitas pela oposição, afirmou "o sentimento de tranquilidade do Acre", também salientado pelo presidente da Assembléia Legislativa, disse o senador. "Em contraste, o dia-a-dia do estado nos últimos anos, quando a atual oposição estava no governo, foi de seguidas denúncias de crime organizado, narcotráfico, esquadrões da morte, corrupção e enriquecimento ilícito, comparou Tião Viana.



Tião Viana

Fogaça defende agência para regular meios de comunicação

O anúncio feito pelo ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, de que o governo deverá enviar ao Congresso um projeto de lei propondo a criação da Agência Nacional de Comunicações (Anacom) foi saudado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) como uma novidade política que poderá proporcionar uma nova relação entre os meios de comunicação e a população brasileira.

Fogaça: emissoras deixarão de ser prisioneiras do jogo político

Na opinião do senador, o surgimento da Anacom possibilitará que as empresas que detêm a titularidade de concessão de emissora de rádio ou televisão deixarão de ser "prisioneiras do jogo político do poder". Fogaça completou que as concessões ou re-

novações vão ser determinadas por meio de regras claras e transparentes estabelecidas pela agência, que terá a forma de um órgão regulador independente.

José Fogaça explicou que a Anacom preencherá o espaço da ausência do chamado Conselho de Comunicação Social, previsto constitucionalmente. Ele lembrou que a Constituição de 1988 também conferiu ao Congresso o poder de apreciar as outorgas de concessões e renovações de concessões de emissoras de rádio e televisão.

— Ao longo do tempo, ficou provado que o Congresso não tem nada a fazer em relação às outorgas ou às renovações de concessão de rádio e televisão no Brasil — argumentou José Fogaça.

O senador registrou que vem, há alguns meses, defendendo a criação de um órgão regulador independente, nos moldes do Federal Communications Commission (FCC) dos Estados Unidos que, além de fiscalizar, é responsável pela formulação de regras de licitação.

Gilvam Borges registra caminhada pelo ecoturismo

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) relatou ontem ao plenário a caminhada que fez pela rodovia Transpantaneira, que liga Porto Jofre (MS) a Poconé (MT), num total de 150 quilômetros, com o objetivo de chamar a atenção dos governos locais e federal para a importância do ecoturismo. Para ele, a região "tem um potencial fabuloso" para se transformar num grande centro turístico.

Durante a caminhada ecológica,



Gilvam Borges viu no Pantanal "potencial turístico fabuloso"

que durou quatro dias, Gilvam Borges disse que pôde ver a beleza e a exuberância da fauna e da flora da região, tendo retornado com a certeza de que ali pode ser instalado um dos maiores pólos turísticos do país.

Em aparte, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) enalteceu a caminhada feita pelo seu colega e elogiou a luta de Gilvam

Borges com vistas à futura instalação de um pólo turístico na região de Bonito (MS).

Arlindo quer suspender privatização de Furnas

Senador questiona decisão de separar a empresa em partes para vendê-la e garante que EUA adotam uma estratégia inversa

O Senado deve paralisar o processo de desestatização do setor elétrico e reavaliar posições, em razão das apreensões que isso tem suscitado na sociedade, defendeu ontem o senador Arlindo Porto (PTB-MG). "Se nos Estados Unidos 95% das hidrelétricas são controladas pelo Estado, por que o Brasil quer cindir Furnas para privatizá-la?", indagou.

— No mundo todo, o modelo é o do agigantamento de empresas para ganho de escala. Então por que não preservar Furnas e até avaliar sua fusão com outras empresas? Será que somente Furnas e as empresas de energia brasileiras devem seguir o modelo de cisões, que são o oposto do que ocorre no resto do mundo? — questionou.

PULVERIZAÇÃO

Ante o entendimento governamental de que, dividida, Furnas será vendida mais rapidamente, Arlindo Porto duvidou de que isso seja uma boa estratégia de desenvolvimento para



Arlindo sugere ao governo que, na privatização, "pulverize" as ações de Furnas

al que a empresa tem com o fundo de pensão dos seus funcionários. Ele informou que no modelo de cisão em estudo esse passivo fica quase integralmente com o Estado.

Sustentando ser inteiramente contra a cisão e privatização da empresa, Arlindo Porto pediu que o Senado não se omita nessa questão. "O Senado não pode abdicar de chamar a si a discussão desse problema, de caráter nacional e que afeta profundamente os interesses federativos, tema que tem nesta Casa seu fórum máximo", alegou ele.

Geraldo Cândido diz que escravatura não acabou

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou ontem, quando se comemorou a abolição da escravatura no Brasil, que ela está longe de acabar. "Temos no país um contingente de milhões de excluídos, que são escravos modernos. O escravo antigo tinha comida e teto, mas vivia sob o chicote. O escravo de hoje não ganha comida nem teto, mas conti-

nua a viver sob o chicote", disse ele. Para Geraldo Cândido, a comemoração do Dia da Abolição da Escravatura deveria ser transformado em "Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo e a Miséria". O senador explicou que, desse modo, a sociedade brasileira poderá se conscientizar da necessidade de combater o trabalho escravo no Nordeste e no Norte, onde até crianças menores de 14 anos trabalham por um prato de comida.

Geraldo Cândido lembrou as raí-

zes históricas da escravatura no Brasil: "Os colonizadores, vindos de um mundo onde a nobreza estava decadente, chegaram com o ideal da fidalguia: ser filho de alguém, sem precisar trabalhar porque dispõe de escravos. O trabalho, assim, já nasce desprestigiado, como algo inferior, realizado por gente também inferior", explicou.

— Como o escravo era negro, a discriminação racial logo se juntou a esse modelo. Hoje, 111 anos depois da abolição, reconhece-se que a discriminação ainda existe e é necessário políticas específicas para vencer a situação. Nesse momento de grave crise moral, política e econômica, talvez seja o instante ideal para transformações de consciência, que se revertam em ações contra a histórica e abominável discriminação racial — afirmou o senador.



Geraldo Cândido chama os excluídos de "escravos modernos"

Estevão destaca implantação de programa alimentar no DF

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) destacou ontem a implantação, pelo Governo do Distrito Federal, do Pró-Alimentar, que tem como referência programa criado pelo então governador de Goiás e atual senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O programa, que prevê a população com o mínimo de um copo de leite e dois pães diários por pessoa e uma cesta básica mensal por família, já se encontra em funcionamento na cidade-satélite de Santa Maria e, a partir de hoje, estará na cidade-satélite do Gama. O senador calcula que até o final de julho todo o DF será beneficiado.

O programa, informou o senador, tem o custo anual de R\$ 16 milhões, ou o equivalente a 0,2% do orçamento anual do DF. "Um valor mínimo, insignificante, se levarmos em conta os benefícios, porque a incapacidade de se desenvolver por carência alimentar é irreversível", frisou.

Luiz Estevão afirmou que a ciência tratou de desmentir a previsão obscura do economista Thomas Maltus, de que enquanto a população crescia numa proporção geométrica a produção de alimentos cresceria numa proporção aritmética, o que lançaria o mundo num panorama de fome e mortandade. Ele observou que a produtividade nas áreas agrícola e pecuária praticamente dobrou nos últimos 50 anos, e no caso de alguns produtos, chegou a triplicar, mas isso não foi suficiente para acabar com a fome.

Para Estevão, a fome atual é consequência do egoísmo e da injustiça social, pois um dos países mais ricos do mundo está às voltas com problemas de saúde causados pelo consumo excessivo de alimentos. "Que mundo é esse em que parte da população morre por comer demais e outra parcela morre de fome?", indagou o senador.

— Nem toda escravatura foi abolida no Brasil. A pior escravatura que existe é a da fome — disse o senador.



Estevão garante que programa custa pouco diante dos benefícios

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Judô
7h30 — *Especial Unip* — Crendices Populares (1ª parte)
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Saúde Todo Dia* — Atividade de baixo impacto
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado em 11/05/99)
13h30 — Comissão de Assuntos Sociais (gravado em 12/05/99)
15h — Comissão de Constituição e Justiça (gravado em 12/05/99)
18h — Comissão de Assuntos Sociais (gravado em 13/05/99)
20h30 — *Entrevista* — O senador Geraldo Cândido fala sobre o novo sindicalismo
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Consulta Marcada* — O médico Wellington Borges fala sobre asma e suas consequências
21h55 — *Senado em Pauta*
22h — *Projeto E* — Estréia do programa que trata sobre

emprego e trabalho

22h30 — *Especial* "173 anos do Senado"

23h — *Espaço Cultural* — Show de 25 anos de carreira do cantor e compositor Belchior

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — "A voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação.
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação

Plenário do Senado votou dez matérias nesta semana

O plenário do Senado apreciou nesta semana dez iniciativas legais, entre elas emenda que retira da Constituição o limite de 12% para os juros. Conforme o relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), com essa supressão, o Senado reconheceu, à semelhança da maioria dos países, que é impossível determinar taxas de juros pela Constituição.

Os senadores também aprovaram projeto de lei complementar disciplinando os limites de gastos com pessoal no setor público. Com isso, os poderes Legislativo e Judiciário, considerados solidários no cumprimento dos limites fixados, também se sujeitam a reduzir suas despesas com pessoal.

Para desempenharem a função de embaixador do Brasil, o Senado votou mensagens aprovando os nomes dos seguintes diplomatas: Sérgio Seabra de Noronha, para o Gabão; Carlos Alfredo Pinto da Silva, para a Nigéria; e Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, para a Índia.

COMISSÕES

Ainda sujeita a deliberação do plenário, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou iniciativa da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que incentiva os meios de comunicação social e de transportes a publicarem fotografias com identificação e número telefônico de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados. A CAE também foi favorável a projeto que destina recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal às unidades da federação que abrigarem em seus territórios unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

Em caráter terminativo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do senador Sérgio Machado, proibindo a coligação partidária nas eleições proporcionais.

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto que inscreve o nome de d. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria. A CE também aprovou iniciativa obrigando a divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto da senadora Lúzia Toledo (PSDB-ES) que autoriza a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no pagamento de prestações vencidas e vincendas de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação. Também aprovou, em caráter terminativo, projeto de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) concedendo aos pescadores seguro-desemprego. Foram ainda aprovadas pela CAS iniciativas instituindo um subsistema de atenção à saúde indígena e regulamentando a atividade dos representantes comerciais autônomos.

Projeto de Ademir reduz custos de indenização para reforma agrária

Proposta desobriga o governo de pagar juros compensatórios e cobertura florestal aos donos de imóveis desapropriados para a implantação de assentamentos rurais

Mozarildo Cavalcanti denuncia a prática de biopirataria na região amazônica

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que o Brasil está sendo roubado e espoliado a cada minuto do dia. "Não se trata de impedir a internacionalização da Amazônia, mas parar com ela", alertou, citando os convênios internacionais como a ponta de lança da biopirataria que tem permitido transferir para o exterior desde amostras de sangue de índios para banco de DNA até seus conhecimentos ancestrais sobre flora e fauna.

Segundo Mozarildo, o problema é a verdadeira "caixa preta" em que se converteram os convênios internacionais ditos de cooperação científica. "O Ministério Público Federal investigou tais convênios em 1998, concluindo que a remessa de amostras e dados científicos para o exterior não passa pela

necessária fiscalização das autoridades", enfatizou.

As denúncias de biopirataria chegaram a um nível tão alarmante que a Câmara dos Deputados instituiu, em 1997, uma comissão externa para apurar denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia que chegaram a resultados alarmantes.

— O relatório da comissão cita especialistas que garantem que a busca de insumos realizada em conjunto com a população indígena gera uma economia de 80% no total de investimentos



Mozarildo: convênios internacionais se tornaram "caixa preta"

necessários para a fabricação de um remédio — afirmou Mozarildo.

O senador por Rondônia disse ser responsabilidade do Brasil assegurar a soberania sobre região tão cobiçada internacionalmente. "O Congresso não pode se omitir diante desse roubo de propriedade cultural e intelectual. O Brasil foi o primeiro signatário da Convenção da Biodiversidade, mas a regulamentação da matéria está longe de um consenso. Faço um apelo para que as várias propostas em tramitação sejam apreciadas e votadas sem demora", afirmou.

Bernardo Cabral homenageia STJ por promover seminário sobre biodiversidade

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a realização, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade, entre os últimos dias 11 e 13.

O senador pediu à Secretaria-Geral da Mesa que envie ofício ao ministro Antônio de Pádua Ribeiro, presidente do STJ, informando-o sobre o registro



Cabral: preocupação com a ação de estrangeiros na região amazônica

feito por ele, em reconhecimento à atuação daquela corte.

Cabral ressaltou que "a Assembléia Nacional Constituinte agiu com grande acerto ao criar o STJ, que tem prestado grande serviço às letras jurídicas brasileiras". Ele disse ter sido "agradavelmente surpreendido" pelo convite para participar do seminário, quando presidiu o painel

sobre "Biodiversidade, Justiça e Ética".

Como representante da região Norte, o senador manifestou sua preocupação com a maneira como a biodiversidade brasileira tem sido tratada. Ele protestou contra iniciativas de grupos estrangeiros que se sentem com direito até de colher sangue dos nossos índios para estudar o que os torna mais resistentes à malária.

Cabral ressaltou que a senadora Marina Silva (PT-AC) também participou do seminário, assim como o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Lafer.

Moreira Mendes propõe isenção de IPI para máquinas compradas por pequenos produtores

Em defesa de projeto de sua autoria, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) reivindicou ontem apoio à proposta de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores e implementos agrícolas por pequenos produtores rurais.

Lei de mesmo teor, de setembro de 1997, teve seu prazo de vigência expirado no final do exercício fiscal de



Para Moreira, proposta compensa insegurança e falta de financiamento

1998 e a volta da cobrança do IPI sobre aqueles insumos produtivos causou "aumento nos custos suportados pelo setor agrícola e, em conseqüência, nos preços dos seus produtos", disse.

Conforme Moreira Mendes, o produtor rural, particularmente o pequeno, já é prejudicado pela falta de financiamento, pela ação de atravessadores

e pela insegurança decorrente de condições climáticas adversas, o que por si só justificaria a concessão de isenção do IPI por parte do poder público.

Por outro lado, argumentou o senador, a isenção permitiria fomentar uma atividade que está entre os mais importantes fatores de sustentação de qualquer economia, especialmente da brasileira. A conjuntura econômica delicada, na opinião dele, exige boas safras e seus efeitos: aumento da produção de alimentos para o abastecimento interno e para as exportações, e redução do desemprego nas cidades.

Com o objetivo de resolver problemas de indenização de imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) decidiu apresentar projeto de lei complementar que reduz os custos e simplifica os procedimentos da operação. A proposta exclui da indenização o pagamento de juros compensatórios e de cobertura florística, aperfeiçoando a Lei Complementar n.º 76, de 1993. Segundo o senador, o projeto visa a economizar recursos que estavam sendo pagos indevidamente e evitar o congestionamento da Justiça com processos desnecessários.

Ademir argumentou que os donos de propriedades desapropriadas estavam cobrando, além da atualização monetária, 12% de juros compensatórios ao ano, fazendo a indenização ultrapassar em muito o valor de mercado do imóvel. Ele lembrou que o presidente Fernando Henrique, por medida provisória, reduziu esses juros para 6%, e explicou que sua proposta elimina totalmente o pagamento, considerando que "se um imóvel rural não cumpre sua função social e não é produtivo, não há o que compensar ao seu proprietário".

O pagamento de juros compensatórios, segundo o senador, justifica-se devido à impossibilidade de o proprietário continuar a utilização do imóvel. "Mas quando o imóvel está sendo desapropriado exatamente porque seu proprietário não o utiliza, subutiliza-o ou porque o utiliza mal, não tem cabimento admitir-se a transposição de um mecanismo que visa, justamente, ressarcir o proprietário pela perda de seu bem, privando-se de sua utilização", salienta o senador.

Justificando a alteração relativa à cobertura florística, Ademir Andrade disse que inúmeros proprietários, após receberem sua indenização, entram em juízo cobrando do governo a floresta nativa que existia dentro de sua propriedade. Embora a maioria dos juízes dê ganho de causa para o governo, alguns discordam dessa posição, "empatando a Justiça com esta questão e obrigando o governo a pagar por algo que, de certa forma, não pertencia ao proprietário, já que não existe comprovação de que a área estava sendo aproveitada economicamente".



Segundo Ademir, projeto ajuda a desobstruir Justiça